

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.196 - PE (2019/0296432-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : ROSANGELA MARIA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de ROSANGELA MARIA DA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no julgamento do HC n. 0000614-30.2018.8.17.0000.

Extraí-se dos autos que a paciente foi denunciada pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, §2º, II e IV, do Código Penal (homicídio qualificado), tendo a denúncia sido recebida em 11/3/2014 e, decretada a prisão preventiva, o mandado foi cumprido em 29/7/2014. Em 18/12/2017 foi indeferido o pedido de liberdade provisória.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PLEITO DE EXCESSO DE PRAZO INOCORRÊNCIA PROLATADA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. SÚMULA 21 DO STJ. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

1. Tendo sido prolatada a sentença de pronúncia, considera-se superada a ocorrência de eventual excesso de prazo para formação da culpa, conforme entendimento sedimentado na Súmula 21 do STJ.

2. Constrangimento não configurado. Ordem denegada (fls. 71).

No presente *writ* o impetrante sustenta a existência de excesso de prazo no encerramento do feito, salientando que a paciente está presa há mais de 5 anos, sem que tenha sido submetida a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Aponta ofensa ao princípio da razoabilidade e destaca não haver complexidade nos autos que justifique a delonga.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, em liminar e no mérito, a concessão da ordem.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar as informações pertinentes, notadamente acerca do andamento da ação penal. Os informes deverão ser prestados, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator